



A CULTURA DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA: VULNERABILIDADES PROGRAMÁTICA E MORAL¹

THE CULTURE OF CHILD SEXUAL VIOLENCE: PROGRAMMATIC AND MORAL VULNERABILITIES

Dra. Caroline Filla Rosaneli

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3710-5829>

caroline.rosaneli@gmail.com

Mtra, Renata Cristina Alves da Rocha

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5360-118X>

renatacrisrocha0610@gmail.com

Dr. Mario Antonio Sanches

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5794-2272>

m.sanches@pucpr.br

Resumo

Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar os fatores de vulnerabilidades que violam a infância em decorrência da violência sexual. Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando os seguintes descritores: violência sexual, criança, infantil, infância, vulnerabilidade, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Os dados obtidos permitiram a categorização e análise das vulnerabilidades programáticas e morais abordadas nos 60 textos científicos analisados. A revisão realizada aponta que a superação da violência sexual infantil requer ações efetivas que passa por legislações claras e precisas, mas implica também um estabelecimento de programas estatais e processos educacionais que vise uma releitura cultural, pois o sistema legal só cumprirá seu papel se for acompanhando de uma visão de mundo que o sustente e o torne efetivo.

¹ Artigo parte integrante da dissertação de Renata Cristina Alves da Rocha. Pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Palavras-Chave

Infância - Direitos Humanos - Abuso Sexual - Abuso infantil.

Licencia Creative Commons Attribution Non-Comercial
3.0 Unported (CC BY-NC 3.0) Licencia Internacional



CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL

Abstract

This study was carried out with the objective of identifying the vulnerability factors that violate childhood as a result of sexual violence. This is an integrative review, using the following descriptors: sexual violence, child, childhood, vulnerability, in Portuguese, English and Spanish languages. The data obtained allowed the categorization and analysis of programmatic and moral vulnerabilities addressed in the 60 scientific texts analyzed. The review carried out indicates that overcoming child sexual violence requires effective actions that pass by clear and precise legislation, but it also implies the establishment of state programs and educational processes aimed at a cultural reinterpretation, as the legal system will only fulfill its role if it is accompanied by a vision of the world that sustains and makes it effective.

Keywords

Childhood - Human Rights - Child abuse - Sexual abuse.

Introdução

O enfrentamento da violência sexual contra crianças – denunciando tal violência como abuso criminoso e inaceitável – revela um momento de aprimoramento da consciência humana e sensibilidade ética, visto que isto era recorrente na história da humanidade, marcadamente na chamada cultura ocidental, aceita em alguns contextos e acobertados na sua maioria. Importa dizer que até recentemente o assunto não era abordado abertamente e quando eclodia era sistematicamente negado.

Reconhece-se que o abuso de crianças tem sido praticado, não apenas por indivíduos isoladamente, mas também no interior de instituições que, por definição e função, deveriam ser as primeiras a proteger a criança e a zelar para que tal violência não ocorresse. Deste modo, esta violência ocorre também no âmbito da família, de instituições educacionais² e religiosas³. O

² Marconi de Jesus Santos; Márcio Mascarenhas; Malvina Rodrigues e Rosane Monteiro, “Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola-Brasil, 2010-2014”, *Epidemiologia e Serviços de Saúde* Vol:27 num 2 (2018): 1-10.

³ Christoph Strack, “Abusos sexuais na Igreja Católica: o princípio do fim da hipocrisia” Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 27 fev., 2019.

ponto de partida para a mudança deste quadro passa pelo seu reconhecimento de fato de que é uma prática abominável, a ser combatida e superada. Entende-se que este reconhecimento é lento, mas já apontam claramente para esta nova consciência, que pressupõem também postura política e mudança cultural.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança⁴ – documento aprovado pela Assembleia das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, afirma que as crianças, tendo em vista a sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e proteção especiais. Da Convenção Internacional é importante ressaltar o seu art. 19:

Os Estados-partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Outro exemplo deste tipo de tomada de consciência está ocorrendo no interior da Igreja Católica, com posicionamento claro do atual pontífice que estabelece um programa para enfrentamento desta problemática. Primeiramente se reconhece que os “crimes de abuso sexual (...) causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e à comunidade” e que é necessário atuar de modo que “tais fenômenos, em todas as formas, não aconteçam mais”⁵. Sabe-se que as instituições relutam em dar este passo e só o fazem após denúncias e pressões. Mas, sem dúvida, todo este contexto significa um crescimento público e uma mudança cultural que conduzem à tomada de consciência da gravidade do assunto.

Abordar o tema da violência sexual contra crianças como ‘cultural’ é desafiante, pois implica na reflexão sobre o ethos – compreendido como os elementos morais, estéticos e valorativos de uma dada cultura⁶. Nas sociedades pluralistas a definição do ethos se revela complexa, pois esta acolhe uma diversidade de culturas, de saberes, de religiões, de perspectivas políticas, etc. Podemos dizer, então, que nestas sociedades há um ethos predominante, mas nunca exclusivo, um ethos hegemônico, mas não absoluto. É neste sentido que se fala de ‘cultural ocidental’ – que expressa um ethos dominante – sem a pretensão de esconder ou negar a diversidade cultural interna das sociedades ocidentais.

Algumas pessoas ou grupos sociais são expostos a estigmatização ou discriminação que é clara, ou sutilmente, defendida em determinada sociedade a partir de sua visão de mundo dominante. Tal discriminação – apresentada como vulnerabilidade moral – encontra respaldos filosóficos, teológicos ou

⁴ “Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança”, 20 nov. 1989, ONU – Organização das Nações Unidas.

⁵ Papa Francisco. “Voz estis lux mundi” (Vaticano, 2019): 1, 20 ago. 2021.

⁶ Clifford Geertz, A interpretação da cultura (Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989): 143.

científicos. Este tipo de vulnerabilidade é mais difícil de ser sanada pois implica em uma mudança de visão de mundo da sociedade em questão⁷.

Este artigo, portanto, quer se somar a este esforço de trazer à tona a violência sexual contra crianças, investigando quais as vulnerabilidades que se desvendam nestas situações. A temática é complexa e, além dos impactos individuais e sociais da questão, indaga-se especificamente até que ponto estas práticas criminosas são mantidas exatamente porque não foram devidamente extirpadas das políticas públicas e das visões de mundo da sociedade como um todo.

1. Método

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão integrativa⁸. Para tal, utilizou-se as bases de dados *US National Library of Medicine* (Pubmed), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A busca foi realizada entre os dias 24/04 e 27/04 de 2021, considerando as chaves de pesquisa: “violência sexual and criança and vulnerabilidade” or “violência sexual and “infantil and vulnerabilidade” or “violência sexual and infância and vulnerabilidade” or “violencia sexual and niño and vulnerabilidad” or “violencia sexual and infantil and vulnerabilidad” or “violencia sexual and infancia and vulnerabilidad” or “sexual child violence and vulnerability”. Foram recuperados textos completos, em língua portuguesa, espanhola e inglesa, totalizando 411 artigos, os quais foram submetidos ao processo de revisão integrativa, resultando em 60 artigos.

Textos duplicados, monografias ou teses, estudos que se referiam a outros tipos de violências e/ou com população acima de 10 anos de idade, foram excluídos. Os critérios de inclusão foram: estudos na íntegra referentes à violência sexual na infância (crianças entre 0 e 10 anos de idade); estudos publicados em português, inglês e espanhol; artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados entre 2011 e 2021.

Os 60 artigos selecionados em âmbito internacional foram analisados e categorizados, segundo a proposta de vulnerabilidade programática⁹ e vulnerabilidade moral¹⁰. Após essa primeira categorização, foram identificadas subcategorias (ou fatores) de vulnerabilidades programática e moral, conforme apresentado na Tabela 1. Tanto a análise, quanto a identificação dos fatores extraídos dos artigos, foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, identificar e classificar os fatores de vulnerabilidades, com o objetivo

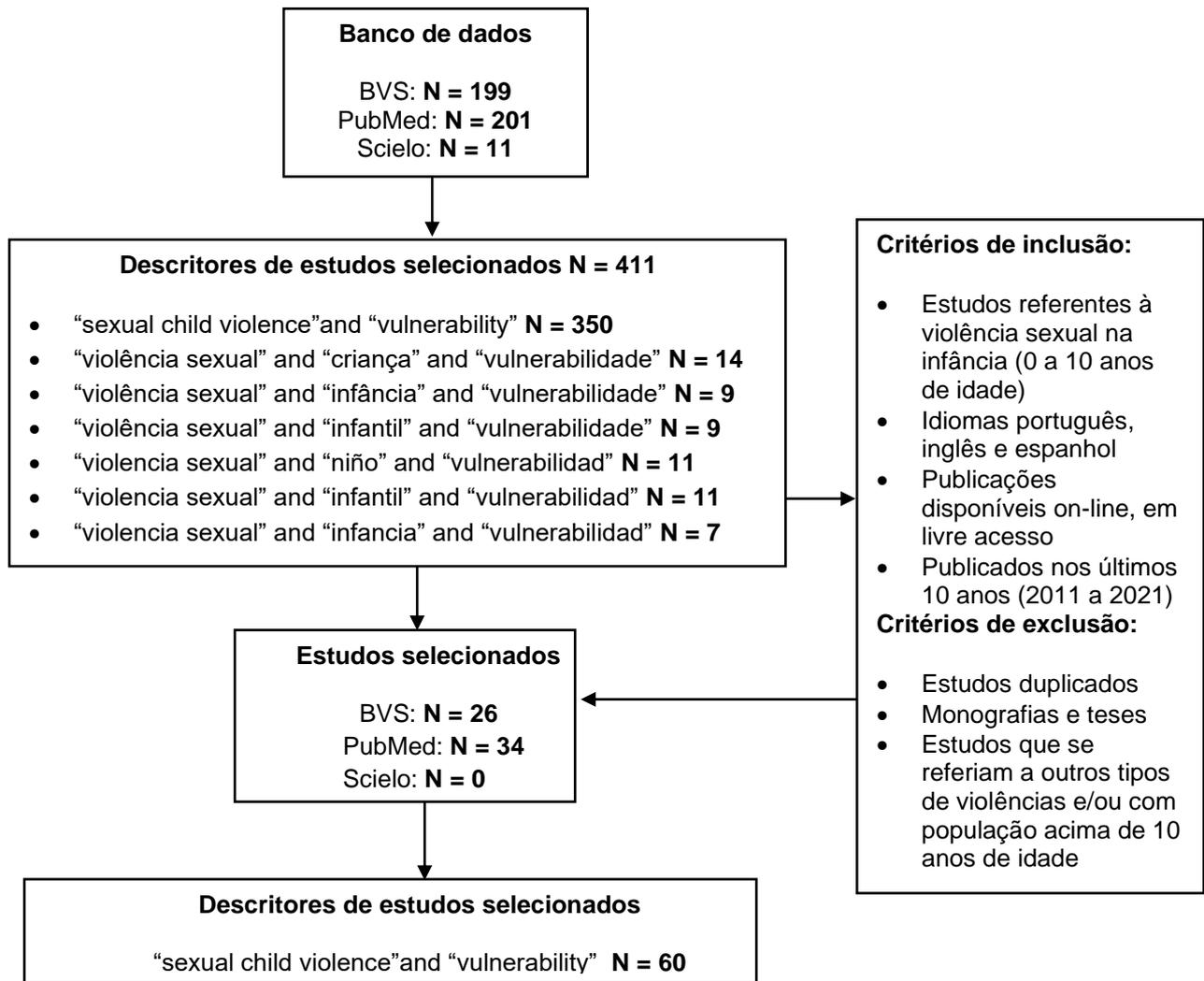
⁷ Mario Antônio Sanches; Mariel Mannes e Thiago Rocha da Cunha, “Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética”, *Revista Bioética* Vol: 26 num 1 (2018): 39-46.

⁸ Marcela Tavares Souza; Michelly Dias da Silva e Rachel de Carvalho, “Revisão Integrativa: o que é e como fazer”, *Einstein* Vol: 8 num (2010): 102-106.

⁹ José Ricardo Ayres; Gabriela Junqueira Calazans; Heraldo César Saletti Filho e Ivan França-Junior, “Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde”, em *Tratado de Saúde Coletiva*, eds. Gastão Wagner Campos; Maria Cecília de Souza Minayo; Mario Akerman; Marcos Drumond Júnior e Yara Maria de Carvalho (Rio de Janeiro: Hucitec – Fiocruz, 2006): 375-418.

¹⁰ Mario Antônio Sanches; Mariel Mannes e Thiago Rocha da Cunha, “Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões...” 39-46.

de mapear o cenário das vulnerabilidades relacionadas à violência sexual infantil.



Fluxograma 1

Percurso metodológico para revisão integrativa

Fonte: os autores.

2. Resultados e discussão

Os resultados da análise dos artigos selecionados possibilitaram a identificação dos fatores de vulnerabilidade relacionados à violência sexual infantil em âmbito internacional. Para a análise e discussão deste artigo, são apresentados, na Tabela 1, os fatores identificados no estudo, destacando duas macros categorias: vulnerabilidade programática e vulnerabilidade moral.

Categorização	Fatores de vulnerabilidade	Artigos
Vulnerabilidade Programática	precariedade dos serviços protetivos	Cerna-Turoff et al. (2021); Ogunjimi et al. (2020); Mohammadi et al. (2019); Alves Moreira et al. (2017); Barnert et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Reid (2018); Cole e Sprang (2015); Vieira et al. (2015); Abeid et al. (2014); Espindola e Batista (2013); Silva et al. (2013)
	ineficiência profissional	Silva, Trindade e Oliveira (2020); Mathews et al. (2017); Ernberg, Tidefors e Landström (2016); McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016); Caribé e Lima (2015); Rodriguez et al. (2015); Vieira et al. (2015); Trindade et al. (2014); Espindola e Batista (2013); Silva et al. (2013); Lugão et al. (2012); Lima et al. (2011)
	impunidade e corrupção dos perpetradores	Ogunjimi et al. (2020); Eisenbruch (2019); Mohammadi et al. (2019); Enyedy, Tsikouras e Csorba (2018); Lucchese et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Ernberg, Tidefors e Landström (2016); Abeid et al. (2014); Espindola e Batista (2013)
	escassez de literatura acadêmica	Curry e Utley (2018); Austin et al. (2016); Trindade et al. (2014); Espindola e Batista (2013)
Vulnerabilidade Moral	estigmatização da deficiência	Christoffersen (2020); Reid (2018)
	estigmatização, patriarcalismo, desigualdade de gênero, homofobia	Cerna-Turoff et al. (2021); Endler et al. (2020); Gausman et al. (2020); Ogunjimi et al. (2020); Silva, Trindade e Oliveira (2020); Tolu e Gudu (2020); Xue et al. (2020); Eisenbruch (2019); Rees et al. (2019); Bjørnseth e Szabo (2018); Curry e Utley (2018); Hébert et al. (2018); Hébert, Langevin e Oussaïd (2018); McGeough e Sternzing (2018); Ohlsson Gotby et al. (2018); Alves Moreira et al. (2017); Barnert et al. (2017); Cerón-Hernández et al. (2017); Guedes et al. (2017); Lucchese et al. (2017); Mitchell et al. (2017); Peterman et al. (2017); Zijlstra et al. (2017); Abrahams et al. (2016); Hassan et al. (2016); McAlpine, Hossain e Zimmerman (2016); Cole e Sprang (2015); Cumber e Tsoka-Gwegweni (2015); Hidalgo et al. (2015); Abeid et al. (2014); Allen, Myers e Williams (2014); Girgira, Tilahun e Bacha (2014); Trindade et al. (2014); Espindola e Batista (2013); Konstantopoulos et al. (2013); Zapata et al. (2013); Alape Zuluaga et al. (2012); Fonseca et al. (2012); Lise e da Motta (2012); Lugão et al. (2012); Roberts et al. (2012); Reid (2011); De Antoni et al. (2011)

subnotificação e cultura do silêncio

Ćurčić-Hadžagić (2020); Ogunjimi et al. (2020); Silva, Trindade e Oliveira (2020); Eisenbruch (2019); Rees et al. (2019); Silva et al. (2018); Barnert et al. (2017); Cerón-Hernández et al. (2017); Ernberg, Tidefors e Landström (2016); Silva, Manzanero e Contreras (2016); Caribé e Lima (2015); Vachon et al. (2015); Akinlusi et al. (2014); Girgira, Tilahum e Bacha (2014); Trindade et al. (2014); Espindola e Batista (2013); Lise e Da Motta (2012); Lugão et al. (2012); De Antoni et al. (2011)

Tabela 1.

Categorização dos fatores de vulnerabilidades a serem analisados.

Fonte: os autores.

2.1. Vulnerabilidade Programática

A vulnerabilidade programática refere-se a como as instituições sociais e governamentais atuam frente às condições de vulnerabilidade, ao compromisso político dos governos, às políticas públicas, à governabilidade, ao planejamento e avaliação das políticas, ao acesso e a qualidade dos serviços, ao preparo técnico de profissionais e equipes, ao compromisso e responsabilidade profissionais, à integralidade da atenção, à integração entre prevenção, promoção e cuidado, à responsabilidade social e jurídica dos serviços, à proteção e à promoção dos direitos humanos¹¹.

Os fatores de vulnerabilidade programática encontrados foram: precariedade dos serviços protetivos; ineficiência profissional; impunidade e corrupção dos perpetradores; e escassez de literatura acadêmica.

A implementação inadequada ou a ausência de políticas relacionadas à saúde, educação, serviços econômicos e jurídicos podem promover a ocorrência de casos de violência sexual contra crianças, e que a indisponibilidade de sistemas que punem os agressores, cria, muitas vezes, um caminho que incentiva outros agressores sexuais a praticarem tal delito. De acordo com os autores, observou-se que a fragilidade do sistema judicial está relacionada a uma alta taxa de corrupção, em que agressores com alto poder aquisitivo compram suas saídas da prisão e ficam impunes ao crime cometido. Em contrapartida, vítimas de violência sexual, oriundas de famílias com maior afluência econômica, obtêm maior justiça contra o agressor, pois têm maior capacidade financeira para perseguir na luta contra seus agressores¹².

¹¹ José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres, “Prevenção de agravos, promoção da saúde e redução de vulnerabilidade”, em Clínica Médica: atuação clínica médica, sinais e sintomas de natureza sistêmica, medicina preventiva, saúde da mulher, envelhecimento e geriatria, medicina física e reabilitação, medicina laboratorial na prática médica (Barueri: Manole, 2016).

¹² Adetola Ogunjimi; Wanderlei Abadio de Oliveira; Carla Aparecida Arena Ventura; Jorge Luiz da Silva e Marta Angélica Jossi Silva, “Experience-based perception of vulnerability factors to child sexual abuse by health care professionals in Nigeria: a qualitative approach” *Journal of interpersonal violence* Vol: 36 (2020): 11435-11460.

Ao se analisar a percepção de gestores municipais em uma região do Brasil, um estudo identificou que a escassez de recursos públicos, a desintegração setorial, a morosidade da justiça, a incipiência de políticas públicas e o despreparo dos gestores foram alguns percalços no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes nessa região¹³

No Brasil, existe uma falha no cumprimento de leis e estatutos voltados para as crianças e adolescentes, além da fragilidade dos serviços públicos de saúde em acolher e acompanhar vítimas de violência, e a fragilidade das notificações¹⁴.

Outro fator importante identificado é que vários países não possuem dados, em nível nacional, dos casos de violência contra crianças, apresentando, assim, uma lacuna de informação no que se refere a extensão, as características e aos fatores associados à violência contra crianças. Essas são a base para o estabelecimento de prioridades de saúde e de políticas públicas, além de possibilitar atingir objetivos globais maiores de aceleração das estratégias de prevenção contra a violência infantil¹⁵.

No que se refere ao tráfico sexual infantil, por ser um fenômeno e um crime internacional, a falta de um banco de dados centralizado, além das variações nas definições e métodos de coleta de dados, a relutância das vítimas em divulgar seu status e a falta de identificação por parte das autoridades e prestadores de serviços, dificultam estimativas mais reais da prevalência do comércio e tráfico sexual infantil, e a obtenção de dados disponíveis confiáveis¹⁶.

Em uma das pesquisas analisadas, destacou-se que vítimas com deficiência intelectual sofrem pela violência sofrida, mas também por descrédito ao relatarem o que vivem. Observou-se que situações nas quais a vítima denunciou a vitimização por exploração sexual, foram, frequentemente, marginalizadas e menosprezadas pelo agente público, por serem vistas como não dignas de credibilidade por sua deficiência¹⁷.

Um estudo aponta que os trabalhadores em contextos de crise humanitária, embora estejam sempre mais cientes da existência do tráfico de pessoas e exploração sexual, se encontram sem muitas orientações concretas

¹³ Luiza Jane Eyre de Souza Vieira; Antonia Karoline Araújo Oliveira; Deborah Pedrosa Moreira; Aline de Souza Pereira; Ana Maria Fontenelle Catrib e Samira Valentim Gama Lira, "Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência" *Cadernos Saúde Coletiva* Vol: 23 (2015): 231-238.

¹⁴ Kátia Fernanda Alves Moreira; Davisson Michetti de Oliveira; Caio Barbosa de Oliveira; Lucas Noronha de Alencar; Nathalia Halax Orfão e Edson dos Santos Farias, "Profile of children and adolescents victims of violence" *Journal of Nursing UFPE* Vol: 11 num 11 (2017): 4410-4417.

¹⁵ Ilan Cerna-Turoff; Zuyi Fang; Anne Meierkord; Zezhen Wu; Juan Yanquela; Clare Ahabwe Bangirana e Franziska Meinck, "Factors associated with violence against children in low-and middle-income countries: a systematic review and meta-regression of nationally representative data". *Trauma, Violence, & Abuse* Vol: 22 num 2 (2021): 219-232.

¹⁶ Elizabeth Barnert; Zarah Iqbal; Janine Bruce; Arash Anoshiravani; Gauri Kolhatkar e Jordan Greenbaum, "Commercial sexual exploitation and sex trafficking of children and adolescents: A narrative review" *Academic pediatrics* Vol: 17 num 8 (2017): 825-829.

¹⁷ Joan Reid, "Sex trafficking of girls with intellectual disabilities: An exploratory mixed methods study". *Sexual Abuse* Vol: 30 num 2 (2018): 107-131.

em como ajudar a prevenir tal violência e/ou como identificar e prestar assistência às vítimas de traficantes¹⁸.

Sobre violência sexual e gravidez na infância e na adolescência, observou-se a subnotificação por parte dos profissionais da rede de saúde que prestaram assistência a esses menores, mesmo considerando que havia uma suspeita de violência sexual. Evidenciou-se, também, que a subnotificação é comum quando as vítimas pertencem a grupos de vulneráveis, como crianças e adolescentes menores de 14 anos, mulheres, homossexuais, idosos e moradores de rua. O preenchimento incompleto ou inadequado dos dados é outro fator que revela a falta de preparo dos profissionais que acolhem essas vítimas, o que fragiliza a política e dificulta o cuidado e a intervenção adequada às vítimas. Importante ressaltar que profissionais da saúde que omitem a notificação da violência estão cometendo uma infração ética profissional¹⁹.

A falta de preparo de alguns profissionais contribui para o insucesso da perspectiva garantista da proteção da criança no percurso processual, dificultando o desvelamento da violência, além de agravar a situação de vulnerabilidade da criança sexualmente violentada²⁰.

Na Suécia, um estudo sobre a percepção de promotores especializados na infância, relataram a discrepância entre o relato de crianças pré-escolares e os requisitos exigidos pelo tribunal, nem sempre apropriados para se aplicar ao testemunho de crianças. Os critérios de testemunho sugerem que, para que um este seja julgado confiável, deve ser longo, coerente, claro, detalhado e consistente, no entanto, crianças que foram violentadas sexualmente, geralmente, não dão testemunhos detalhados da violência, e as crianças mais jovens tendem a fornecer ainda menos detalhes do que as crianças mais velhas. Esses fatores podem dificultar o cumprimento dos critérios exigidos pela lei, uma vez que o testemunho de crianças pode ser percebido como breves, vagos e imprecisos²¹.

De acordo com os mesmos autores, casos de violência sexual infantil são notoriamente difíceis de investigar: na Suécia estima-se que apenas 10% dos casos notificados sejam processados, enquanto nos Estados Unidos estima-se que 52% dos casos de violência infantil são levados adiante, e na Islândia, aproximadamente 26,3% dos casos de violência sexual infantil são investigados. No Irã²², as ocorrências de violência contra crianças, raramente,

¹⁸ Alys McAlpine; Mazedra Hossain e Cathy Zimmerman, "Sex trafficking and sexual exploitation in settings affected by armed conflicts in Africa, Asia and the Middle East: systematic review". *BMC international health and human rights* Vol: 16 num 1 (2016): 1-16.

¹⁹ Ana Jéssica Cassimiro da Silva; Ruth França Cizino da Trindade e Larissa Lages Ferrer de Oliveira, "Presumption of sexual abuse in children and adolescents: vulnerability of pregnancy before 14 years" *Revista brasileira de enfermagem* Vol 73 (2020): 1-7.

²⁰ Julia de Barros Caribé e Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, "Depoimento sem dano: proteção integral da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar" *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano* Vol 25 num 1 (2015): 1-9.

²¹ Emelie Ernberg; Inga Tidefors e Sara Landström, "Prosecutors' reflections on sexually abused preschoolers and their ability to stand trial" *Child Abuse & Neglect* Vol: 57 (2016): 21-29.

²² Fateme Mohammadi; Mahnaz Rakhshan; Zahra Molazem; Naiaf Zareh e Mark Gillespie, "Parents' perspectives on family violence against children with autism" *Archives of Iranian medicine* Vol 22 num 9 (2019): 505-510.

são investigadas devido à sensibilidade cultural e a dificuldade de intervir no âmbito familiar.

A maioria dos casos de violência sexual relatados não são levados ao tribunal, o que, conseqüentemente, gera nas vítimas um sentimento de incompreensão e desamparo²³.

Alguns autores evidenciaram a escassez de pesquisas sobre algumas questões relacionadas à violência sexual infantil. O tema das experiências adversas da infância entre as pessoas com deficiência tem recebido relativamente pouca atenção na literatura de pesquisa²⁴. Mulheres perpetradoras de violência sexual infantil permanecem pouco estudadas e um tanto quanto invisíveis na literatura acadêmica. Em contrapartida, quando homens ou meninos negros são discutidos sobre questões de violência sexual, muitas vezes, são considerados estupradores, nunca vítimas de estupro ou exploração sexual por homens e mulheres em suas comunidades²⁵.

2.2. Vulnerabilidade Moral

A opressão, a intolerância, a estigmatização e a exclusão referem-se à vulnerabilidade moral a que determinados indivíduos e grupos estão submetidos²⁶.

Os fatores encontrados de vulnerabilidade moral encontrados nos artigos analisados foram: estigmatização da deficiência; estigmatização, patriarcalismo, desigualdade de gênero, homofobia; e subnotificação e cultura do silêncio.

Uma das populações estigmatizadas vítimas de diversos tipos de violência, são as crianças com deficiência intelectual. Numerosos estudos mostram que a vitimização sexual de crianças com deficiência é maior que em crianças sem deficiências. Crianças e jovens com deficiência, entre 0 e 17 anos, têm um risco significativamente maior de serem vítimas de crime sexual. São especialmente vulneráveis pela sua dependência e déficits intelectuais e de comunicação²⁷. Aspectos culturais como a crença que as jovens com deficiência intelectual não são sexualmente ativas, contribui para a violência cometida contra elas²⁸.

²³ Elza Zijlstra; Danny Esselink; Sylvie Lo Fo Wong; Giel Hutschemaekers e Antoinette Lagro-Janssen, "Vulnerability and revictimization: Victim characteristics in a Dutch assault center" *Journal of forensic and legal medicine* Vol 52 (2017): 199-207.

²⁴ Anna Austin; Harry Herrick; Scott Proescholdbell e Jacqueline Simmons, "Disability and exposure to high levels of adverse childhood experiences: Effect on health and risk behavior" *North Carolina Medical Journal* Vol 77 num 1 (2016): 30-36.

²⁵ Tommy Curry e Ebony Utley, "She touched me: Five snapshots of adult sexual violations of black boys" *Kennedy institute of ethics journal* Vol 28 num 2 (2018): 205-241.

²⁶ Mario Antônio Sanches; Mariel Mannes e Thiago Rocha da Cunha, "Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões..." 39-46.

²⁷ Mogens Nygaard Christoffersen, "Sexual crime against schoolchildren with disabilities: a nationwide prospective birth cohort study" *Journal of interpersonal violence* Vol 37 num 3-4 (2020): 2177-2205.

²⁸ Joan Reid, "Sex trafficking of girls..." 107-131.

As práticas culturais e religiosas, como o sistema patriarcado, as práticas de respeito e de crenças e a natureza cultural conservadora, podem ser fatores que predispõem à violência sexual infantil. Mulheres e crianças tiveram, muitas vezes, seus direitos humanos negados porque homens e anciãos são considerados chefes da família e responsáveis por tomarem as decisões por elas. Essas decisões, geralmente, são consideradas perfeitas, adequadas e inquestionáveis, de modo que quando uma pessoa adulta ou idosa se aproxima de uma criança para fins sexuais, considera-se em seu direito de “educador”²⁹.

Estudos realizados mostram que a maioria dos casos de violência sexual infantil ocorreram com indivíduos do sexo feminino. O sexo masculino, na maioria dos casos, é o possível agressor, o que pode ser justificado pelas relações de gênero fruto da cultura patriarcal, em que as relações de posse e poder do homem se convertem em desigualdades e dominação desse nos diversos cenários e faixas etárias³⁰. Para muitos especialistas, a violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino está intimamente ligado às diretrizes de comportamento e modelos machistas, de patriarcados tradicionalmente arraigados, que acreditam ter o direito de controlar o corpo e a sexualidade das mulheres³¹.

Em muitos ambientes, as normas sociais não culpabilizam quem comete violência física, mas reforçam prerrogativas sexuais masculinas e o direito do homem de controlar a mulher³².

Violências praticadas por familiares ou parceiros íntimos recebem significações que revelam questões culturais de submissão e gênero, e que minimizam a responsabilidade dos agressores, com justificativas ou sentimento de autoculpa das próprias vítimas³³.

No caso do tráfico sexual, em contextos de guerra, as iniquidades de gênero e as desvantagens desproporcionais enfrentadas por mulheres e meninas aumentam o risco de coerção, exploração e violência. Estudos na República Democrática do Congo, Afeganistão e Costa do Marfim, mostram relatos de mulheres e meninas sequestradas como escravas sexuais. Vários estudos indicaram que a vitória na guerra, frequentemente, precedeu

²⁹ Adetola Ogunjimi; Wanderlei Abadio de Oliveira; Carla Aparecida Arena Ventura; Jorge Luiz da Silva e Marta Angélica Jossi Silva, “Experience-based perception of vulnerability factors ...” 11435-11460.

³⁰ Kátia Fernanda Alves Moreira; Davisson Michetti de Oliveira; Caio Barbosa de Oliveira; Lucas Noronha de Alencar; Nathalia Halax Orfão e Edson dos Santos Farias, “Profile of children and adolescents...” 4410-4417.

³¹ Gloria Cerón-Hernández; Sandra Roa Torres e Mercedes Salcedo Cifuentes, “Caracterización de los casos de abuso sexual valorados en los servicios de urgencias y consulta externa de una institución hospitalaria de primer nivel en el Departamento del Cauca, 2007-2015” *Universidad y Salud* Vol 19 num 2 (2017): 226-236.

³² Alessandra Guedes; Sarah Bott; Claudia García-Moreno e Manuela Colombini, “Cerrar la brecha: revisión mundial acerca de las intersecciones entre la violencia contra la mujer y la violencia contra los niños y las niñas” *Rev Panam Salud Publica* Vol: 41 (2017): 1-15.

³³ Roselma Lucchese; Flávia de Castro Caixeta; Yonara Vieira Silva; Ivânia Vera; Rodrigo Lopes de Felipe e Paulo Alexandre de Castro, “Histórico de violência contra a mulher que vivencia o abuso de álcool e drogas” *Rev. enferm. UFPE on line* (2017): 3623-3631.

incidentes de sequestro e estupro como forma de celebração, e que a palavra “propriedade” era recorrente nos relatos das sobreviventes de sequestro³⁴.

Em algumas sociedades do sudeste asiático³⁵ a violência sexual infantil é justificada por aspectos culturais e sobrenaturais. A visão tradicional é que as meninas possuem um status inferior. Alguns acreditam que o destino *kármico* do perpetrador, da criança abusada e de sua família podem justificar que ela seja violentada sexualmente. *Karma* é uma explicação popular para a violência infantil nas sociedades budistas - está entre os fatores de vulnerabilidade relacionados ao gênero que influenciam a prostituição infantil na Tailândia e o tráfico de meninas no Camboja para bares de karaokê tailandeses.

Os participantes de um estudo na Tanzânia, alegaram que as crianças podem se tornar vítimas do "mito da riqueza", crença que leva homens a acreditarem que ficarão ricos se fizerem sexo com uma criança³⁶.

Em relação à questão de sexualidade e gênero há um problema igualmente importante: a homofobia. Na contemporaneidade, os homossexuais são um dos grupos que mais se enquadram na condição de vulnerabilidade moral³⁷. Um dos estudos confirma tal afirmação, demonstrando em sua pesquisa, que os grupos mais afetados em situações de violência sexual no contexto esportivo, foram homossexuais, bissexuais, minorias étnicas e atletas deficientes³⁸. Crianças e jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer ou intersexuais estão em maior risco para a exploração comercial e o tráfico sexual³⁹.

Em um estudo, durante a pandemia do Covid-19, evidenciou que a comunidade LGBTQ, mulheres, mulheres negras, mulheres refugiadas e crianças foram as vítimas de violência mais afetadas durante o isolamento social⁴⁰.

Visto que a grande maioria dos casos de violência sexual envolve agressores do sexo masculino, os estigmas sociais em relação à homossexualidade e à falta de serviços disponíveis para os meninos podem constituir barreiras adicionais para falar sobre violência vivida. Essa questão da não divulgação poderia explicar por que a alexitimia (dificuldade em identificar

³⁴ Alys McAlpine; Mazedra Hossain e Cathy Zimmerman, “Sex trafficking and sexual exploitation...” 1-16.

³⁵ Maurice Eisenbruch, “His body is human, but he has a tiracchāna heart: An ethnographic study of the epigenesis of child abuse in Cambodia” *Child abuse & neglect*, Vol 88 (2019): 129-143.

³⁶ Muzdalifat Abeid; Projestine Muganyizi; Pia Olsson; Elisabeth Darj e Pia Axemo, “Community perceptions of rape and child sexual abuse: a qualitative study in rural Tanzania” *BMC international health and human rights* Vol 14 num 1 (2014): 1-13.

³⁷ Mario Antônio Sanches; Mariel Mannes e Thiago Rocha da Cunha, “Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões...” 39-46.

³⁸ Ingunn Bjørnseth e Attila Szabo “Sexual violence against children in sports and exercise: a systematic literature review” *Journal of child sexual abuse* Vol 27 num 4 (2018): 365-385.

³⁹ Elizabeth Barnert; Zarah Iqbal; Janine Bruce; Arash Anoshiravani; Gauri Kolhatkar e Jordan Greenbaum, “Commercial sexual exploitation and sex trafficking...” 825-829.

⁴⁰ Jia Xue; Junxiang Chen; Chen Chen; Ran Hu e Tingshau Zhu, “The hidden pandemic of family violence during COVID-19: unsupervised learning of tweets” *Journal of medical Internet research* Vol 22 num 11 (2020): 1-11.

e expressar sentimentos) parece ser um mecanismo mais forte entre violência sexual infantil e sofrimento psíquico em meninos⁴¹.

É, entretanto, importante ressaltar que pesquisas e políticas sobre exploração sexual infantil, frequentemente, se concentram na exploração contra meninas e não reconhecem as experiências de meninos sexualmente explorados, incluindo suas necessidades de saúde e apoio social potencialmente únicas⁴². Muitos casos cometidos contra a liberdade e integridade sexual masculina adquire um caráter velado para a sociedade e, geralmente, não é denunciada pela vítima para evitar que o caso se relacione com possível comportamento homossexual⁴³.

Muitas vezes, é difícil conceituar corpos masculinos como sendo vítimas de atos de violência sexual, e ainda mais quando o autor dessa violência sexual é mulher. A vitimização masculina, mesmo quando sofrida por uma criança, é muitas vezes esquecida ou racionalizada como algo diferente e menos violento do que aconteceria com uma menina. Esse quadro se torna ainda mais complexo quando as vítimas são meninos negros, os quais são muito mais propensos a serem criminalizados e, portanto, vítimas de força fatal pela aplicação da lei se apresentarem algum dos sintomas comuns a vítimas de violência sexual. Este silencioso sofrimento pode ser social e psicologicamente debilitante⁴⁴.

A “cultura do silêncio” permeia a vida das vítimas de violência sexual independentemente do sexo. Childhood Brasil estima que, no Brasil, menos de 10% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são notificados⁴⁵.

O testemunho da criança é, muitas vezes, a única evidência disponível da violência sexual cometida contra ela. O depoimento da vítima é apontado como o mais eficaz para o esclarecimento dos fatos ocorridos, mas é, também, o que requer mais delicadeza na sua escuta, a fim de não desperdiçar provas fundamentais para a compreensão do delito⁴⁶.

É importante ressaltar que um dos fatores de vulnerabilidade referente à revelação da violência, é a memória de uma criança e sua possibilidade de ser alterada por meio de sugestões, bem como a variabilidade da linguagem de

⁴¹ Martine Hébert; Rachel Langevin e Essaïd Oussaïd, “Alexithymia as a mediator of the relationship between child sexual abuse and psychological distress in adolescence: A short-term longitudinal study” *Psychiatry research* Vol 260 (2018): 468-472.

⁴² Katharine Mitchell; Melissa Moynihan; Claire Pitcher; Annabel Francis; Abigail English e Elizabeth Saewyc, “Rethinking research on sexual exploitation of boys: Methodological challenges and recommendations to optimize future knowledge Generation” *Child abuse & neglect* Vol 66 (2017): 142-151.

⁴³ Gloria Cerón-Hernández; Sandra Roa Torres e Mercedes Salcedo Cifuentes, “Caracterización de los casos de abuso sexual...” 226-236.

⁴⁴ Tommy Curry e Ebony Utley, “She touched me...” 205-241.

⁴⁵ Childhood Brasil. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública – ano 13 (2019).

⁴⁶ Julia de Barros Caribé e Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, “Depoimento sem dano...”: 1-9.

uma criança de 3 a 6 anos são dois fatores que dificultam a coleta de depoimentos⁴⁷.

Quando existe um provedor único ou principal na econômica familiar e este é o agressor sexual, a decisão da vítima em relatar o fato é menor, tanto pelo risco imediato da queda drástica dos meios de subsistência da família, quanto pelo uso da chantagem, estratégias de suborno ou ameaças e intimidação por parte do agressor, o que acaba manipulando a direção da revelação, e, conseqüentemente, a decisão durante as audiências e a intervenção da delegacia de polícia⁴⁸. O sigilo, geralmente, é incentivado pelo agressor para manter o controle sobre seus membros.

O ocultismo da família e o silêncio da vítima escondem ou permitem que esse crime, que acontece todos os dias e que viola os direitos fundamentais da infância e da adolescência, seja velado⁴⁹ e, portanto, subnotificado.

Muitos estudos demonstram que a maior parte das vítimas de violência sexual não registra a queixa por constrangimento e receio de humilhação, acrescentados à incerteza de não serem compreendidas ou que haja uma interpretação equivocada da sua revelação frente à sociedade⁵⁰.

Dois estudos brasileiros^{51, 52} identificaram alguns fatores responsáveis pelos baixos índices de notificação da violência por parte de profissionais da saúde, como: desconhecimento sobre os procedimentos de rotina para denúncia; quebra do sigilo profissional; medo de envolvimento emocional e com processos; desconfiança na efetividade dos serviços de proteção e apoio às vítimas; receio de represálias dos agressores; a ausência de mecanismos legais de proteção aos profissionais; experiências prévias com situações de violência e repercussões negativas entre outros.

No Camboja as construções sociais da infância contribuem para que as crianças sejam disciplinadas severamente, e que o estupro infantil seja silenciado para proteger a honra da família ou que as crianças sejam vendidas a traficantes⁵³.

⁴⁷ Eva Silva; Antonio Manzanero e María José Contreras, “La memoria y el lenguaje en pruebas testificales con menores de 3 a 6 años” *Papeles del Psicólogo* Vol 37 num 3 (2016): 224-230.

⁴⁸ Gloria Cerón-Hernández; Sandra Roa Torres e Mercedes Salcedo Cifuentes, “Caracterización de los casos de abuso sexual...” 226-236.

⁴⁹ Denitza López-Téllez; Martha Guadalupe Guerrero Verano e María Patricia Fernández Cuevas. “El delito de estupro v/s Derechos Humanos de las niñas y adolescentes” *Revista Inclusiones* Vol: 6 num especial (2019): 36-46.

⁵⁰ Lygia Maria Pereira Silva; Tarcísia Domingos de Araújo Sousa; Mirian Domingos Cardoso; Lúcia de Fátima Santos de Souza e Taciana Mirella Batista dos Santos, “Violência perpetrada contra crianças e adolescentes”. *Rev. enferm. UFPE on line* Vol: 12 num 6 (2018): 1696-1704.

⁵¹ Maria do Carmo Lima; Maria Conceição Oliveira Costa; Marc Bigras; Marcos Antônio Oliveira Santana; Tércia Daltro Borges Alves; Ohana Cunha do Nascimento e Mariana Rocha da Silva, “Atuação profissional da atenção básica de saúde face à identificação e notificação da violência infanto-juvenil” *Revista Baiana de Saúde Pública* Vol: 35 (2011): 118-137.

⁵² Maria Carmelita Maia Silva; Ana Maria de Brito; Alessandra de Lima Araújo e Marcella de Brito Abath, “Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012” *Epidemiologia e serviços de saúde* Vol: 22 num 3 (2013): 403-412.

⁵³ Maurice Eisenbruch, “His body is human...” 129-143

A subnotificação é mais comum quando as vítimas das violências pertencem a grupos vulneráveis, como é o caso das crianças e adolescentes menores de 14 anos, além das mulheres, homossexuais, idosos e moradores de rua⁵⁴.

Considerações finais

A revisão realizada aponta para a responsabilidade coletiva, institucional e estatal no enfrentamento da violência sexual contra crianças. Incluir tal prática como crime a ser punido e combatido não se torna suficiente para que os agressores sejam de fato enquadrados nos parâmetros definidos nas normas internacionais e locais. Observa-se que a mudança legal, altamente aplaudida, não implica necessariamente em mudança cultural. Deste modo, o atual estudo aponta que a questão da violência sexual contra criança aponta para vulnerabilidades programática e moral e a sua superação requer ações efetivas além do âmbito jurídico ou aprimoramento do mesmo.

Uma sociedade que queira de fato combater e superar a violência sexual contra criança deverá fazer o enfrentamento da questão também programaticamente. Criar registros amplos e adequados das situações e ocorrências, pois a falta de dados desestimula a elaboração de políticas públicas neste setor. Estabelecer processos de vigilância e fiscalização, pois a não punição dos agressores consolida a percepção cultural de que tais atos aceitáveis e incentiva agressores sexuais a praticarem tal delito. Divulgar amplamente medidas de proteção às vítimas, que sejam efetivas e seguras, pois muitas vítimas de violência não procuram ajuda legal, médica e psicológica, por receio de não serem ajudadas e de serem indevidamente expostas. Sem um programa público, efetivo e seguro de combate à violência sexual contra criança, o cenário atual não se altera, pois, as vítimas são colocadas entre opções dramáticas: sofrer silenciosamente a agressão – muitas vezes repetidas – ou denunciar e se expor a uma situação ainda de maior incerteza.

A criança é colocada em uma situação de vulnerabilidade moral na medida em há uma visão de mundo que a desacredita, que a infantiliza, que a exclui da possibilidade de ser ela mesmo sujeito de sua história e seu futuro. A mulher, ao longo da história, foi inserida nesta condição de vulnerável moral, devido a todo um aparato teórico que a coloca como inferior, ou seja, a discriminação da mulher no ocidente só será de fato superada por meio de sérias transformações em âmbitos filosóficos, teológicos e científicos. A criança desacreditada e a mulher inferiorizada estabelecem os elementos morais que desastrosamente constrói a vítima perfeita: a menina – criança e mulher.

A criança – meninas e meninos – são também vulnerabilizados moralmente a partir de sua intrínseca dependência. O agressor, quando é o provedor, usufrui na sociedade de um status de autoridade, que o coloca na posição de decidir o que é melhor para os seus. Deste modo a ordem

⁵⁴ Ana Jéssica Cassimiro da Silva; Ruth França Cizino da Trindade e Larissa Lages Ferrer de Oliveira, "Presumption of sexual abuse in children ..." 1-7.

estabelecida está do lado do agressor e a vítima terá que calar pois está inserida em um status moral inferior.

Além de uma cultura que inferioriza a mulher, desacredita das crianças, há ainda outros elementos presentes que se somam e situam algumas pessoas em condições de maior vulnerabilidade moral, como é o caso de crianças com deficiência. No estudo realizado se percebeu que a criança com deficiência é vista como assexual e nos casos em que são abusadas a denúncia e superação destes conflitos se torna ainda mais difícil.

Por fim, analisar a violência sexual contra criança como vulnerabilidades programática e moral, revela que a superação de tais delitos ainda tem um longo caminho a percorrer. Passa, sem dúvida, por legislações claras e precisas, mas implica também um estabelecimento de programas estatais e processos educacionais que vise uma releitura cultural, pois o sistema legal só cumprirá seu papel se for acompanhando de uma visão de mundo que o sustente e o torne efetivo.

Referências

Abeid, Muzdalifat; Muganyizi, Projestine; Olsson, Pia; Darj, Elisabeth e Axemo, Pia. "Community perceptions of rape and child sexual abuse: a qualitative study in rural Tanzania". BMC international health and human rights Vol: 14 num 1 (2014): 1-13.

Abrahams, Naeemah; Mathews, Shanaaz; Martin, Lorna; Lombard, Carl; Nannan, Nadine e Jewkes, Rachel. "Gender differences in homicide of neonates, infants, and children under 5 y in South Africa: Results from the cross-sectional 2009 National Child Homicide Study". PLoS medicine Vol: 13 num 4 (2016): 1-15.

Akinlusi, Fatimat M.; Rabi, Kabiru; Olawepo, Tawa; Adewunmi, Adeniyi; Ottun, Tawaqualit and Akinola, Oluwarotimi. "Sexual assault in Lagos, Nigeria: a five year retrospective review". BMC women's health Vol: 14 num 1 (2014): 1-7.

Alape Zuluaga, Caroly Julieth; Castaño Castrillón, José Jaime; Castaño Quintero, Luisa María; Cely Enciso, Edgar Francisco; Marín Henao, Jhonatan; Ocampo García, David Gildardo. "Abuso sexual y factores asociados en población escolarizada perteneciente a una institución educativa de la ciudad de Manizales, Caldas (Colombia), 2012". Archivos de Medicina (Manizales) Vol: 13 num 1 (2013): 47-60.

Allen, Vincent C.; Myers, Hector F. e Williams, John K. "Depression among Black bisexual men with early and later life adversities". Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology Vol: 20 num 1 (2014): 128-137.

Alves Moreira, Kátia Fernanda; Oliveira, Davisson Michetti de; Oliveira, Caio Barbosa de; Alencar, Lucas Noronha de; Orfão, Nathalia Halax e Farias, Edson dos Santos. "Profile of children and adolescents victims of violence". Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE Vol: 11 num 11 (2017): 4410-4417.

Austin, Anna; Herrick, Harry; Proescholdbell, Scott e Simmons, Jacqueline. "Disability and exposure to high levels of adverse childhood experiences: Effect on health and risk behavior". *North Carolina Medical Journal* Vol: 77 num 1 (2016): 30-36.

Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita. "Prevenção de agravos, promoção da saúde e redução de vulnerabilidade". Em *Clínica Médica: atuação clínica médica, sinais e sintomas de natureza sistêmica, medicina preventiva, saúde da mulher, envelhecimento e geriatria, medicina física e reabilitação, medicina laboratorial na prática médica*. Barueri: Manole. 2006.

Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita; Calazans, Gabriela Junqueira; Saletti Filho, Heraldo César e França-Junior, Ivan. "Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde". Em *Tratado de Saúde Coletiva*, editado Campos, Gastão Wagner; Minayo, Maria Cecília de Souza; Akerman, Mario; Júnior, Marcos Drumond e Carvalho, Yara Maria de. Barueri: Hucitec - Fiocruz. 2006. 375-418.

Barnert, Elizabeth; Igbal, Zarah; Bruce, Janine; Anoshiravani, Árash; Kolhatkar, Gauri e Greenbaum, Jordan. "Commercial sexual exploitation and sex trafficking of children and adolescents: A narrative review". *Academic pediatrics* Vol: 17 num 8 (2017): 825-829.

Bjørnseth, Ingunn e Szabo, Attila. "Sexual violence against children in sports and exercise: a systematic literature review". *Journal of child sexual abuse* Vol: 27 num 4 (2018): 365-385.

Caribé, Julia de Barros e Lima, Isabel Maria Sampaio Oliveira. "Depoimento sem dano: proteção integral da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar". *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano* Vol: 25 num 1 (2015): 1-9.

Cerna-Turoff, Ilan; Fang Zuyi; Meierkord, Anne; Wu, Zezhen; Yanguela, Juan; Ahabwe Bangirana, Clare e Meinck, Franziska, "Factors associated with violence against children in low-and middle-income countries: a systematic review and meta-regression of nationally representative data". *Trauma, Violence, & Abuse* Vol: 22 num 2 (2021): 219-232.

Cerón-Hernández, Gloria; Torres, Sandra Roa; Cifuentes, Mercedes Salcedo. "Caracterización de los casos de abuso sexual valorados en los servicios de urgencias y consulta externa de una institución hospitalaria de primer nivel en el Departamento del Cauca, 2007-2015". *Universidad y Salud* Vol: 19 num 2 (2017): 226-236.

Childhood Brasil. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* – ano 13, 2019. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em: 15 jul. 2021.

Christoffersen, Mogens Nygaard. "Sexual crime against schoolchildren with disabilities: a nationwide prospective birth cohort study". *Journal of interpersonal violence*, Vol: 37 num 3-4 (2020).

Cole, Jennifer e Sprang, Ginny. "Sex trafficking of minors in metropolitan, micropolitan, and rural communities". *Child abuse & neglect* Vol: 40 (2015): 113-123.

Cumber, Samuel Nambile e Tsoka-Gwegweni, Joyce Mahlako. "The health profile of street children in Africa: a literature review". *Journal of public health in Africa* Vol: 6 num 2 (2015): 85-90.

Ćurčić-Hadžagić, Nermina. "Psychological Consequences in Abused and Neglected School Children Exposed to Family Violence". *Psychiatria Danubina* Vol: 32 num 3 (2020): 367-370.

Curry, Tommy J.; Utley, Ebony A. "She touched me: Five snapshots of adult sexual violations of black boys". *Kennedy institute of ethics journal* Vol: 28 num 2 (2018): 205-241.

De Antoni, Clarissa; Yunes, Maria Angela; Habigzang, Luisa e Koller, Sílvia Helena. "Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas". *Estudos de psicologia (Campinas)* Vol: 28 (2011): 97-106.

Eisenbruch, Maurice. "His body is human, but he has a tiracchāna heart": An ethnographic study of the epigenesis of child abuse in Cambodia". *Child abuse & neglect* Vol: 88 (2019): 129-143..

Endler, Margit; Al Haidari, Taghreed; Chowdhury, Sameena; Christilaw, Jan; El Kak, Faysal; Galimberti, Diana; Gutierrez, Miguel; Ramirez-Negrin, Atziri; Senanayake, Hemantha; Sohail, Rubina; Temmerman, Marleen e Danielsson, Kristina Gemzell. "Sexual and reproductive health and rights of refugee and migrant women: gynecologists' and obstetricians' responsibilities". *International Journal of Gynecology & Obstetrics* Vol: 149 num 1 (2020): 113-119.

Enyedy, Andrea; Tsikouras, Panagiotis; Csorba, Roland. "Medical and legal aspects of child sexual abuse: A population-based study in a Hungarian County". *International journal of environmental research and public health* Vol: 15 num 4 (2018): 2-9.

Ernberg, Emelie; Tidefors, Inga; Landström, Sara. "Prosecutors' reflections on sexually abused preschoolers and their ability to stand trial". *Child Abuse & Neglect* Vol: 57 (2016): 21-29.

Espindola, Glauco Anderson e Batista, Vanderléia. "Abuso sexual infanto-juvenil: la actuación del programa sentinela en la ciudad de Blumenau/SC". *Psicologia: ciência e profissão* Vol: 33 num 3 (2013): 596-611.

Fonseca, Rosa Maria Godoy Serpa; Egry, Emiko Yoshikawa; Nóbrega, Caroline Rife; Apostólico, Maíra Rosa e Oliveira, Rebeca Nunes Guedes de.

“Reincidência da violência contra crianças no Município de Curitiba: um olhar de gênero”. *Acta Paulista de Enfermagem* Vol: 25 (2012): 895-901.

Francisco, Papa. *Voz estis lux mundi*. Vaticano, 2019. Acesso em: 20 ago. 2021.

Gausman, Jewel; Othman, Areej; Dababneh, Abeer; Dabobe, Maysoon; Hamad, Iqbal; Daas, Insaf e Langer, Ana. “A social-ecological examination into the research, policy and health service delivery environment related to early marriage and sexual and gender-based violence among youth in Jordan”. *BMC international health and human rights* Vol: 20 num 1 (2020): 1-19.

Geertz, Clifford. *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

Girgira, Timketa; Tilahun, Birkneh e Bacha, Tigist. “Time to presentation, pattern and immediate health effects of alleged child sexual abuse at two tertiary hospitals in Addis Ababa, Ethiopia”. *BMC public health* Vol: 14 num 1 (2014): 1-6.

Guedes, Alessandra; Bott, Sarah; García-Moreno, Claudia e Colombini, Manuela. “Cerrar la brecha: revisión mundial acerca de las intersecciones entre la violencia contra la mujer y la violencia contra los niños y las niñas”. *Rev Panam Salud Publica*, Vol: 41 (2017): 1-15.

Hassan, Ghayda; Ventevogel, Peter; Jefee-Bahloul, H.; Barkil-Oteo, Andres e Kirmayer, Laurence. “Mental health and psychosocial wellbeing of Syrians affected by armed conflict”. *Epidemiology and psychiatric sciences* Vol: 25 num 2 (2016): 129-141.

Hébert, Martine; Boisjoli, Cyndi; Blais, Martin e Oussaïd, Essaïd. “Alexithymia as a mediator of the relationship between child sexual abuse and psychological distress in adolescence: A short-term longitudinal study”. *Psychiatry research* Vol: 260 (2018): 468-472.

Hébert, Martine; Langevin, Rachel; Oussaïd, Essaïd. “Cumulative childhood trauma, emotion regulation, dissociation, and behavior problems in school-aged sexual abuse victims”. *Journal of affective disorders* Vol: 225 (2018): 306-312.

Hidalgo, Marco; Kuhns, Lisa; Kwon, Soyang; Mustanski, Brian e Garofalo, Robert. “The impact of childhood gender expression on childhood sexual abuse and psychopathology among young men who have sex with men”. *Child abuse & neglect* Vol: 46 (2015): 103-112.

Konstantopoulos, Wendy Macias; Ahn, Roy; Alpert, Elaine; Cafferty, Elizabeth; McGahan, Anita; Williams, Tomothy; Castor, Judith; Wolferstan, Nadya; Purcell, Genevieve e Burke, Thomas. “An international comparative public health analysis of sex trafficking of women and girls in eight cities: achieving a more

effective health sector response”. *Journal of Urban Health* Vol: 90 num 6 (2013): 1194-1204.

Lima, Maria do Carmo Campos Santos; Costa, Maria Conceição Oliveira; Bigras, Marc; Santana, Marcos Antônio Oliveira; Alves, Técia Daltro Borges; Nascimento, Ohana Cunha do e Silva, Mariana Rocha da. “Atuação profissional da atenção básica de saúde face à identificação e notificação da violência infanto-juvenil”. *Revista Baiana de Saúde Pública* Vol: 35 (2011): 118-137.

Lise, Fernanda e Da Motta, Maria da Graça Corso. “Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem”. *Acta Scientiarum. Health Sciences* Vol: 34 num 1 (2012): 53-58.

López-Téllez, Denitza; Verano, Martha Guadalupe Guerrero e Cuevas, María Patricia Fernández. “El delito de estupro v/s Derechos Humanos de las niñas y adolescentes”. *Revista Inclusiones* Vol: 6 num especial (2019): 36-46

Lucchese, Roselma; Caixeta, Flávia de Castro; Silva, Yonara Vieira; Vera, Ivânia; Felipe, Rodrigo Lopes de e Castro, Paulo Alexandre de. “Histórico de violência contra a mulher que vivencia o abuso de álcool e drogas”. *Rev. enferm. UFPE on line* (2017): 3623-3631.

Lugão, Klisia Verona; Gonçalves, Gabriela; Gomes, Ivete; Silva, Viviane; Jacobson, Ludmilla e Cardoso, Claudete Aparecida. “Abuso sexual crônico: estudo de uma série de casos ocorridos na infância e na adolescência”. *DST-J bras Doenças Sex Transm*, Vol: 24 num 3 (2012): 179-182.

Mathews, Ben; Yang, Chengwu; Lehman, Erik; Mincemoyer, Claudia; Verdiglione, Nicole e Levi, Benjamin. “Educating early childhood care and education providers to improve knowledge and attitudes about reporting child maltreatment: A randomized controlled trial”. *PloS one* Vol: 12 num 5 (2017).

McAlpine, Alys; Hossain, Mazedra; Zimmerman, Cathy. “Sex trafficking and sexual exploitation in settings affected by armed conflicts in Africa, Asia and the Middle East: systematic review”. *BMC international health and human rights* Vol: 16 num 1 (2016): 1-16.

McGeough, Briana L. e Sterzing, Paul R. “A systematic review of family victimization experiences among sexual minority Youth”. *The journal of primary prevention* Vol: 39 num 5 (2018): 491-528.

Mitchell, Katherine; Moynihan, Melissa; Pitcher, Claire; Francis, Annabel; English, Abigail e Saewyc, Elizabeth. “Rethinking research on sexual exploitation of boys: Methodological challenges and recommendations to optimize future knowledge generation”. *Child abuse & neglect* Vol: 66 (2017): 142-151.

Mohammadi, Fateme; Rakhshan, Mahnaz; Molazem, Zahra; Zareh, Naiaf e Gillespie, Mark. "Parents' perspectives on family violence against children with autismo". Archives of Iranian medicine Vol: 22 num 9 (2019): 505-510.

Ogunjimi, Adetola; Oliveira, Wanderlei Abadio de; Ventura, Carla Aparecida Arena; Silva, Jorge Luiz da e Silva, Marta Angélica Jossi. "Experience-based perception of vulnerability factors to child sexual abuse by health care professionals in Nigeria: a qualitative approach". Journal of interpersonal violence Vol: 36 (2020): 11435-11460. .

Ohlsson Gotby, Vide; Lichtenstein, Paul; Långström, Niklas e Pettersson, Erik. "Childhood neurodevelopmental disorders and risk of coercive sexual victimization in childhood and adolescence—a population-based prospective twin study". Journal of Child Psychology and Psychiatry Vol: 59 num 9 (2018): 957-965.

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de nov. de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

Peterman, Amber; Neijhoft, Anastasia; Cook, Sara e Palermo, Tia. "Understanding the linkages between social safety nets and childhood violence: a review of the evidence from low-and middle-income countries". Health policy and planning Vol: 32 num 7 (2017): 1-23.

Rees, Susan; Simpson, Lisa; McCormack, Clare; Moussa, Batool e Amanatidis, Sue. "Believe# metoo: sexual violence and interpersonal disclosure experiences among women attending a sexual assault service in Australia: a mixed-methods study". BMJ open Vol: 9 num 7 (2019): 1-11.

Reid, Joan A. "Sex trafficking of girls with intellectual disabilities: An exploratory mixed methods study". Sexual Abuse Vol: 30 num 2 (2018): 107-131.

Reid, Joan A. "An exploratory model of girl's vulnerability to commercial sexual exploitation in prostitution". Child maltreatment Vol: 16 num 2 (2011): 146-157.

Rodríguez, José; Minck, N; Acosta, Maria Carmen; Arrom, Cristina; Romero, Martín e Arrom, Carmen Marina. "Test de figura humana en pacientes en edad pediátrica con antecedentes de abuso sexual". Estudio de casos. Memorias del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Salud Vol: 13 num 3 (2015): 75-81.

Roberts, Andrea; Rosario, Margaret; Corliss, Heather; Koenen, Karestan e Austin, Bryn. "Childhood gender nonconformity: A risk indicator for childhood abuse and posttraumatic stress in Youth". Pediatrics Vol: 129 num 3 (2012): 410-417.

Sanches, Mario Antônio; Mannes, Mariel; Cunha, Thiago Rocha da. "Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética". *Revista Bioética*, Vol: 26 num 1 (2018): 39-46.

Santos, Marconi de Jesus; Mascarenhas, Márcio; Rodrigues, Malvina e Monteiro, Rosane. "Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola-Brasil, 2010-2014". *Epidemiologia e Serviços de Saúde* Vol: 27 num 2 (2018): 1-10.

Silva, Ana Jéssica Cassimiro da; Trindade, Ruth França Cizino da; Oliveira, Larissa Lages Ferrer de. "Presumption of sexual abuse in children and adolescents: vulnerability of pregnancy before 14 years". *Revista brasileira de enfermagem* Vol: 73 (2020): 1-7.

Silva, Eva A.; Manzanero, Antonio L.; Contreras, María José. "La memoria y el lenguaje en pruebas testificales con menores de 3 a 6 años". *Papeles del Psicólogo* Vol: 37 num 3 (2016): 224-230.

Silva, Lygia Maria Pereira da; Sousa, Tarcísia Domingos de Araújo; Cardoso, Mirian Domingos; Souza, Lúcia de Fátima Santos e Santos, Taciana Mirella Batista. "Violência perpetrada contra crianças e adolescentes". *Rev. enferm. UFPE on line* Vol: 12 num 6 (2018): 1696-1704.

Silva, Maria Carmelita Maia; Brito, Ana Maria de; Araújo, Alessandra de Lima e Abath, Marcella de Brito Abath. "Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012". *Epidemiologia e serviços de saúde* Vol: 22 num 3 (2013): 403-412.

Souza, Marcela Tavares de; Silva, Michelly Dias da e Carvalho, Rachel de. "Revisão integrativa: o que é e como fazer". *Einstein* Vol: 8 (2010): 102-106.

Strack, Christoph. *Abusos sexuais na Igreja Católica: o princípio do fim da hipocrisia*. São Leopoldo, 2019.

Trindade, Luciana; Linhares, Silvana; Vanrell, Jorge; Godoy, Danilo; Martins, José e Barbas, Stela. "Sexual violence against children and vulnerability". *Revista da Associação Médica Brasileira* Vol: 60 num 1 (2014): 70-74.

Tolu, Lemi Belay e Gudu, Wondimu. "Sexual assault cases at a tertiary referral hospital in urban Ethiopia: One-year retrospective review". *PloS one* Vol: 15 num 12 (2020): 1-12.

Vachon, David; Krueger, Robert; Rogosch, Fred e Cicchetti, Dante. "Assessment of the harmful psychiatric and behavioral effects of different forms of child maltreatment". *JAMA psychiatry* Vol: 72 num 11 (2015): 1135-1142.

Vieira, Luiza Jane Eyre de; Oliveira, Antonia Karoline; Moreira, Deborah Pedrosa; Pereira, Aline de Souza; Catrib, Ana Maria Fontenelle e Lira, Samira Valentim Gama. "Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e

Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência”. Cadernos Saúde Coletiva Vol: 23 (2015): 231-238.

Xue, Jia; Chen, Junxiang; Chen, Chen; Hu, Ran e Zhu, Tingshau. “The hidden pandemic of family violence during COVID-19: unsupervised learning of tweets”. Journal of medical Internet research Vol: 22 num 11 (2020): 1-11.

Zapata, Lauren; Kissin, Dmitry; Bogoliubova, Olga; Yorick, Roman; Kraft, Joan Marie; Jamieson, Denise; Marchbanks, Polly e Hillis, Susa. “Orphaned and abused youth are vulnerable to pregnancy and suicide risk”. Child abuse & neglect Vol: 37 num 5 (2013): 310-319.

Zijlstra, Elza; Esselink, Danny; Lo Fo Wong, Sylvie; Hutschemaekers, Giel e Lagro-Janssen, Antoinette. “Vulnerability and revictimization: Victim characteristics in a Dutch assault center”. Journal of forensic and legal medicine Vol: 52 (2017): 199-207.

REVISTA
INCLUSIONES
REVISTA DE HUMANIDADES M.R.
Y CIENCIAS SOCIALES

CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Inclusiones**.